

UFTM, os relatos dos grupos focais mostraram que, na prática, não há policiamento nas ruas.

Só vejo viaturas, mas policiais que é bom nada. As viaturas ficam paradas na calçada, mas não fica ninguém.

Eles ficaram aqui na esquina por duas semanas, mas agora acabou.

Não vejo segurança na região, antigamente tinha policiamento, hoje nem isso mais.

Diante disso, cabe à Secretaria de Segurança Pública do município de Uberaba-MG, junto ao Conselho Municipal de Segurança (COMSEG) desenvolver políticas públicas de segurança e políticas de segurança públicas eficazes para o enfrentamento de forma racional dos crimes e da violência existente no local (CANO, 2006; DURANTE E SANDES, 2009; SOARES, 2009; SOUZA, 2010). A universidade também deve, de alguma forma, colaborar, seja com pesquisas, dados ou propostas, pois, como cita Oliveira (2017), é dever da Universidade contribuir para solução dos problemas atuais da sociedade.

4.3 CONTROLE NA ENTRADA DAS UNIDADES

O tema controle na entrada das unidades da UFTM é destaque entre as categorias Docente e Técnico Administrativo, pois diz respeito ao local de trabalho de ambas e há também a preocupação com a segurança dos bens patrimoniais da Universidade. Seguem os relatos nesse sentido:

A portaria não tem controle sobre a entrada de ninguém, eles pedem crachás pra alguns e, se não trouxer, pedem pra assinar, mas não pedem documento, então qualquer um pode assinar qualquer coisa lá.

Acho a segurança do Centro Educacional frágil, pois na portaria qualquer pessoa entra. Raras as vezes que pedem crachá e, quando pedem, é só mostrar qualquer coisa que passa.

O acesso ao prédio é muito fácil, qualquer um entra, imagina se

alguém entra com uma arma aqui, essa pessoa faz o que quer, estamos suscetíveis a isso.

A nossa universidade é exposta aos riscos dessa região, pois não temos segurança nem interna nem externa, e aqui sofremos o reflexo da violência urbana e sabemos o quanto essa região é perigosa, temos que ter controle de acesso sim.

Recentemente entraram na casa onde funciona o Comitê de Ética e Pesquisa e roubaram lá notebooks e outras coisas, por falta de um controle na portaria.

A maioria das unidades da UFTM faz seu controle de acesso por meio de porteiros, como nas unidades Centro Educacional, Campus 1, Biblioteca Central e Prédio da Reitoria. Já na unidade Univerde há guaritas, porém o acesso ao seu interior continua livre. Segundo a Norma Procedimental Número: 50.03.003, Resolução N° 09/2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2016) é permitida a entrada de qualquer cidadão nas unidades físicas da UFTM, desde que estejam devidamente identificados, de porte do crachá da instituição ou de visitante, em local visível (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2016). Porém, na prática não acontece exatamente como estabelece a norma e isso é motivo de reclamações da comunidade acadêmica, como foi mostrado nos relatos acima.

Nas Universidades analisadas, UFPE e UFSC, o sistema de controle depende da estrutura do campus, mas é basicamente feito por meio de cancelas e guaritas compostas por vigilantes equipados com rádios e câmeras de monitoramento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA; 2018). Como exemplo, o sistema do Campus Joaquim Amazonas da UFPE, explicado pelo Secretário de Segurança Institucional na entrevista:

A entrada e saída do Campus são compostas por cancelas, totens com recursos tecnológicos (energizada com iluminação LED). Estão sendo instaladas câmeras de monitoramento e leitor veicular de placas. O sistema estará integrado ao CIODS (Segurança Pública Estadual). O bloqueio é feito das 23h às 06h, com controle por agentes que

acionam as cancelas através de controle remoto após identificação das pessoas autorizadas. Existe na retaguarda postos fixos 24h (cabines K-3) com recursos tecnológicos como câmeras, sinalizadores e sirenes, rádio para comunicação externa.

Nas unidades ICTE, da UFTM, seria possível ter como base os modelos adotados pela UFSC e pela UFPE, pois seu formato estrutural é parecido, visto que as unidades estão integradas em espaço pertencente à universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018). Nas unidades do Bairro N. Sra. da Abadia, por exemplo, em razão de suas unidades estarem fragmentadas dentro do bairro, não é possível o controle de acesso por guaritas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018).

Marcondes (2016) cita que é fundamental a análise do perfil de cada organização para a definição de uma política de controle de acesso. Câmara (2016) define que a participação social - nesse caso a comunidade acadêmica e membros externos - é fundamental para criação de políticas de segurança. Com isso, pode-se chegar a um consenso e definir o controle de acesso mais efetivo e democrático.

4.4 CÂMERAS DE VIGILÂNCIA

A falta de monitoramento das câmeras de vigilância e a ausência de câmeras nas unidades da UFTM foram mencionadas diversas vezes durante o grupo focal e apontadas também como motivo de insegurança dentro das unidades. As três categorias se manifestaram de forma expressiva sobre o tema:

Se o sistema de câmeras fosse monitorado em todos os lugares aqui no Centro Educacional, teríamos mais segurança.

Um sistema de monitoramento de câmeras aqui na Univerde seria ideal e já conseguiria controlar a entrada de veículos também. A guarita aqui é longe da entrada e as câmeras poderiam resolver esse problema.

Uma portaria com câmera monitorada com um guarda e um adesivo de identificação seria legal; é muito difícil controlar aqui dentro da

Univerde, mas ter um mínimo de controle já ajudaria.

Temos equipamentos caros aqui no prédio (Campus I) e não há uma câmera; se sumir algo, como já aconteceu várias vezes, não tem nada que possamos fazer, um monitoramento de câmeras me traria mais segurança.

Dentre as unidades da UFTM, somente o Centro Educacional possui câmeras de vigilância, porém sem monitoramento. Nesta unidade, há um sistema de vigilância eletrônica DVDR, da marca Intelbrás, com 15 câmeras de baixa resolução, um armazenamento interno de 20GB e uma tela LCD de 15". As câmeras estão posicionadas no interior do prédio e abrangem todos os andares, exceto o estacionamento, e estão divididas da seguinte maneira: quatro câmeras no térreo, quatro no primeiro andar, quatro no segundo e três no terceiro andar. A figura 14 mostra duas câmeras que estão posicionadas na entrada no Centro Educacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Figura 14 – Posicionamento das câmeras da entrada principal do Centro Educacional



Fonte: Autor, 2019.

O sistema realiza *backup* a cada 72 horas e, após esse intervalo, as imagens são apagadas. Além disso, o sistema de *backup* e gravação de imagens são protegidos por senha e

são de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DSIM) e dos administradores de edifício do local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Esse sistema não é o recomendado por especialistas no assunto, como é possível extrair da entrevista com o Superintendente da Superintendência de Segurança Institucional (SSI) da Universidade Federal de Pernambuco: utilizamos e recomendamos o uso de CFTV de Tecnologia IP e temos hoje instalados em nosso sistema cerca de 20 pontos de imagens com monitoramento 24 horas.

Nas unidades Biblioteca Central, Prédio da Reitoria e Campus I não há câmeras de vigilância, e nas unidades Univerde há somente alarmes instalados em alguns laboratórios que dispõem de equipamentos de valor elevado ou produtos químicos e similares de uso exclusivo da universidade.

A intenção desses alarmes é restringir a entrada de pessoas não autorizadas às dependências internas desses laboratórios, permitindo a entrada de professores, zeladores e faxineiras que foram cadastrados por meio de senha. O controle e responsabilidade desses alarmes ficam por conta dos técnicos responsáveis pelos laboratórios, vigilantes e pelos administradores de edifícios do local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Na UFSC, dentro da sede da Secretaria de Segurança Institucional (SSI), existe uma sala que funciona 24 horas como base de monitoramento, tanto de imagens (1500 câmeras), como de acesso a salas e laboratórios (4500 salas protegidas), que ajudam a prevenir atos delituosos e zelar pelo patrimônio público e pela segurança física da comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 2017, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

Com a atual falta de segurança experimentada na sociedade, a segurança eletrônica tem sido uma opção para trazer um pouco mais de segurança tanto para os lares quanto para os estabelecimentos públicos e privados (SILVEIRA, 2018; CASTRO; PEDRO, 2013).

A sensação de segurança com o monitoramento de imagens, exposta nos grupos focais é corroborada por Castro e Pedro (2013). Esses autores apontam que a utilização de câmeras monitoradas ajuda a manter o ambiente seguro, pois práticas e ações cotidianas ilegais, que até então poderiam passar despercebidas ganham visibilidade, o que possibilita o enfretamento de tais práticas.

4.5 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Outro tema que foi bastante discutido no grupo focal é a falta de um departamento de segurança institucional na UFTM. O tema também foi citado por todas as categorias como essencial e motivo de insegurança nas unidades da UFTM, como se pode ver nos relatos:

Acredito que um departamento específico para a segurança seria o ideal, pois se acontece alguma coisa aqui na Universidade não sabemos onde levar essa demanda.

Eu acho que um ponto de apoio em cada unidade seria o certo, eu não sei qual setor é responsável pela segurança na UFTM, se é que tem algum, né?

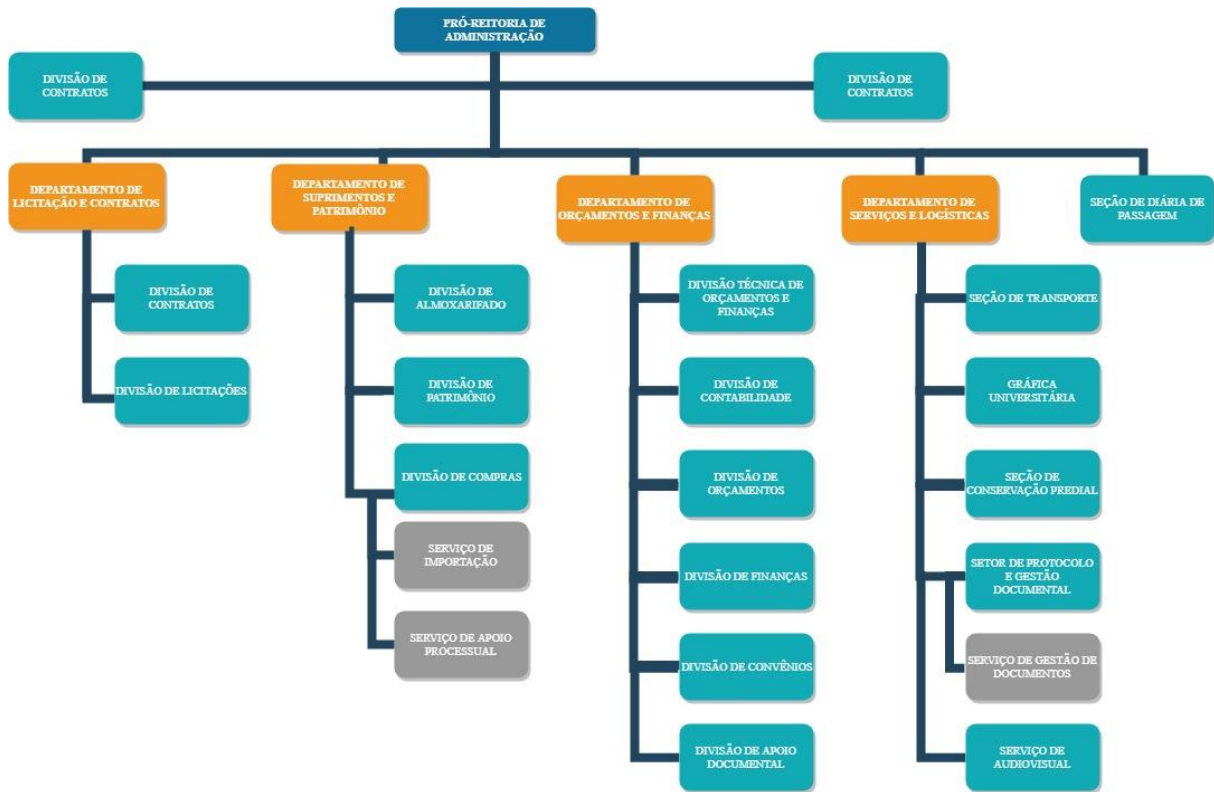
Eu já procurei no site da UFTM e não encontrei o setor de segurança, já perguntei pra alguns técnicos administrativos e ninguém soube me falar, então acredito que falta até comunicação entre os funcionários, porque ninguém sabe sobre isso.

Precisamos ter um local pra levar esses problemas. No semestre passado eu tive um problema na sala de aula e fiquei perdida a quem procurar. Ninguém sabe de nada aqui dentro, tipo... onde eu vou reclamar?

Verifica-se, por meio destes relatos, que a falta de um setor exclusivo faz com que a comunidade acadêmica sinta insegurança e, de certo modo, fique desorientada, sem saber onde e a quem recorrer quando sente que está ameaçada ou sofre alguma violência.

A UFTM não possui secretaria ou departamento exclusivo para as demandas de segurança civil e patrimonial da instituição. Assim, essa responsabilidade fica por conta da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), no Departamento de Serviços e Logística (DSL), que, entre outras atribuições, também compreende a segurança. A figura 15 mostra o organograma da PROAD (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Figura 15 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração da UFTM



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018.

A Seção de Conservação Predial (SCP) é o setor responsável pelo gerenciamento da segurança patrimonial das unidades da UFTM, além de ser responsável pela conservação, limpeza, zeladoria e administração predial de todas as unidades. A SCP é composta por nove servidores federais, mas nenhum servidor específico para a segurança (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Nas universidades analisadas, tanto na UFSC como na UFPE, há setores exclusivos para a segurança. Na UFPE a Superintendência de Segurança Institucional exerce a função máxima de gestão de segurança da universidade e tem como finalidade o planejamento, a execução e a avaliação de projetos relacionados à segurança da UFPE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018). Já na UFSC o órgão máximo de gestão de segurança é a Secretaria Institucional de Segurança (SISI) e tem a mesma finalidade apontada pela SSI da UFPE: planejar, executar e avaliar projetos relacionados à segurança (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

Oliveira (2017) cita a importância de existir um setor exclusivo para a segurança, pois somente assim a universidade poderá oferecer um nível de segurança necessário para o desenvolvimento de suas atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão

(OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

4.6 VIGILANTES NAS UNIDADES DA UFTM

A falta de vigilantes nas unidades da UFTM, principalmente nas unidades do Bairro N. Sra. Abadia, que foi citado por Oliveira (2018) e mostrado na figura 13 como uma região perigosa, é um tema que também possui relevância para as três categorias.

Não me sinto seguro, sabemos que aqui no Centro Educacional não tem guardas, não tem vigias circulando, só temos porteiros, aí a pessoa que sabe disso entra e faz o vandalismo.

Eu não me sinto seguro, já vi casos de furtos aqui dentro do campus e não tive pra onde levar essa demanda, pois não tem vigilantes armados.

Aqui dentro do Centro Educacional já roubaram um laptop meu e uma vez de um colega meu [...] no campus 1 também houve o roubo de um equipamento muito caro e ambos não possuem vigilantes.

Essa falta de vigilância nas unidades, somada à falta de segurança pública na região, reflete a insegurança vivida pela comunidade acadêmica que frequenta essas unidades. Essas afirmações sobre a falta de vigilantes vão ao encontro da realidade da UFTM, pois o quadro de vigilantes federais da UFTM sofre constantes reduções em razão dos processos de aposentadoria, demissões voluntárias e falecimentos, sem reposição devido ao Decreto nº 4.547, de 27 de dezembro de 2002, que extinguiu da Administração Pública Federal o cargo de vigilante (BRASIL, 1997a; BRASIL, 2002; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Para suprir as reposições de pessoal de vigilância são feitas, por determinação governamental, paulatinamente, a substituição por colaboradores vinculados a empresas terceirizadas, como é o caso da UFTM, que conta com a maioria de terceirizados em seu quadro de pessoal (BRASIL, 1997a; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

A seguir, o quadro 7 mostra como está estruturado atualmente o estafe de vigilantes federais e terceirizados da UFTM e em qual unidade estão lotados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Quadro 7 – Quadro de vigilantes federais e terceirizados da UFTM

Classificação de Vigilantes	Número de Vigilantes	Local de Lotação
Vigilantes Federais	4	2 – Garagem 1 – Almoarifado 1 – Patrimônio
Vigilantes Terceirizados	39	25 - Unidade Univerde 4 - Ginásio Wagner do Nascimento 2 - Núcleo de Atenção à saúde do servidor (NASS). 2 - Almoarifado 2 - Oficina da Engenharia Mecânica 2 - Academia 2 - Unidade Peirópolis
TOTAL	43	

Fonte: baseado em UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018.

Os quatro vigilantes federais que ainda constam no Quadro 7 não são armados e já estão no fim da carreira, pois já completaram o tempo necessário para a aposentadoria; já os terceirizados trabalham armados e representam 93% da vigilância da UFTM (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2013).

Os vigilantes dispostos no Quadro 7 são os responsáveis por monitorar aproximadamente 600.000 metros quadrados de área da UFTM e duas áreas de estacionamentos com aproximadamente 500 veículos por dia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018). Porém, não são todas as unidades da UFTM que possuem vigilantes, como pode ser observado nas unidades localizadas no Bairro N. Sra. da Abadia e como visto nos relatos. A falta de vigilância, por parte da UFTM, nessas unidades, é devido à escassez de pessoal efetivo no quadro de funcionários, pois há um descompasso com a atual necessidade de postos de trabalho⁶.

Ao analisar os dados obtidos durante a pesquisa, podem-se identificar os dois

⁶ Unidade de medida de vigilância.

principais problemas para essa falta de vigilância: o primeiro é a falta de uma análise de local, ou seja, uma averiguação da necessidade de vigilância. Para essa análise ser precisa são levados em consideração informações do local, como a finalidade do local, tamanho da área, fluxo de pessoas e fatores de riscos (GLOBALSEG, 2016).

Na UFSC, a Secretaria de Segurança Institucional fica por conta dessa análise. Quando questionado, o secretário de segurança afirma que:

É feito análise do ambiente, probabilidade de furto e arrombamento, por exemplo, tem prédios de área grande que não tem grandes riscos, então não preciso colocar muita vigilância nele, já outros que possuem itens de valor e alto risco. Mesmo que seja uma área pequena, tenho que colocar mais vigilância.

Na UFPE, dentro da Superintendência de Segurança Institucional, há a Divisão de Análise de Riscos e Estatísticas (DARE), na qual é realizada a análise de riscos dos locais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018). Na entrevista, o Superintendente de segurança explicou que essa análise busca confrontar a probabilidade de ocorrência e consequências de um determinado evento com a proteção existente no local, com o auxílio do *software Risk Vision 3.0*⁷. Após esses procedimentos, são tomadas as providências cabíveis ao setor.

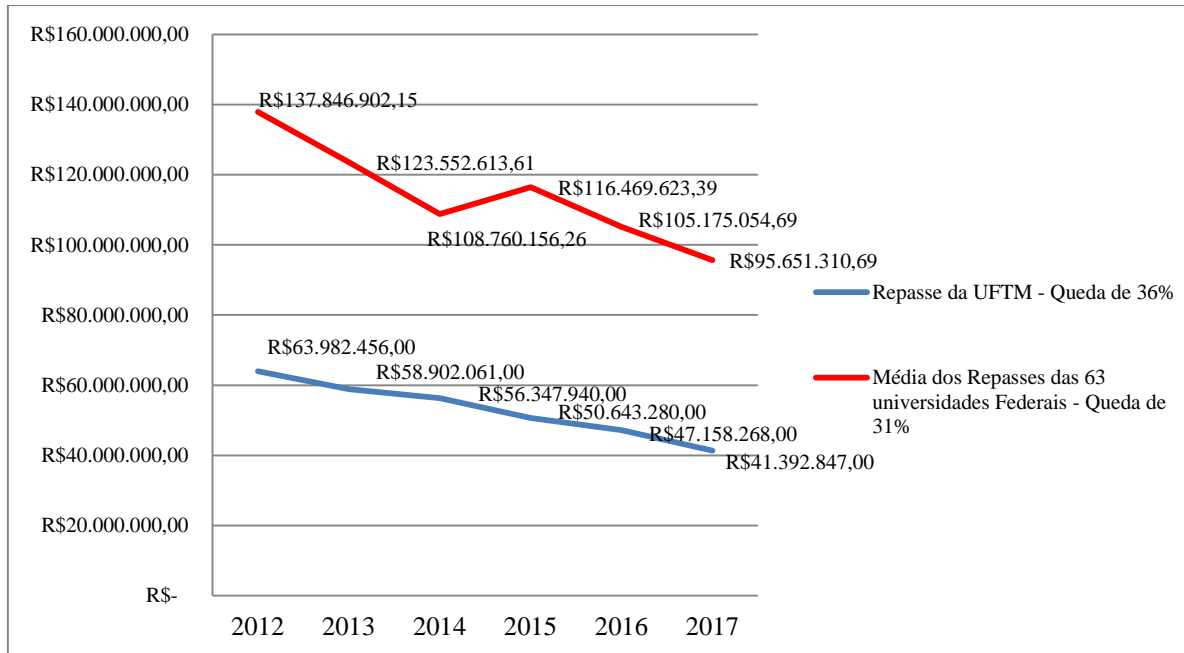
O segundo problema identificado é a questão da dificuldade financeira que as universidades federais enfrentam nos últimos anos, o que, de certa forma, impede a contratação de mais profissionais em segurança (DIAS, 2018; MORENO, 2018). Em comparação ao ano de 2013, houve a redução de 28% dos repasses⁸ ofertados pelo Ministério da Educação (MEC) em 90% das Universidades Federais; em contrapartida, as matrículas neste mesmo período aumentaram 10%, ou seja, as demandas aumentaram em todos os setores da universidade e os recursos financeiros diminuíram (DIAS; MORENO, 2018).

Na UFTM, a queda dos repasses foi maior que a média nacional. O gráfico 3 mostra os repasses realizados desde 2008 e nota-se que a queda no período entre 2012 e 2017 foi de 36% (DIAS, 2018).

⁷ O *RISK VISION* é uma ferramenta de Gestão de Riscos Corporativos. O processo de GRC possui o Método Brasileiro de Análise de Risco, alinhado com a ISO 31000. É um software de fácil manuseio, autoexplicativo, com interface usuário de extrema facilidade.

⁸ Valor relativo às despesas não obrigatórias, ou seja, que podem ou não sofrer cortes, já que o governo não é obrigado por lei a efetuar os repasses.

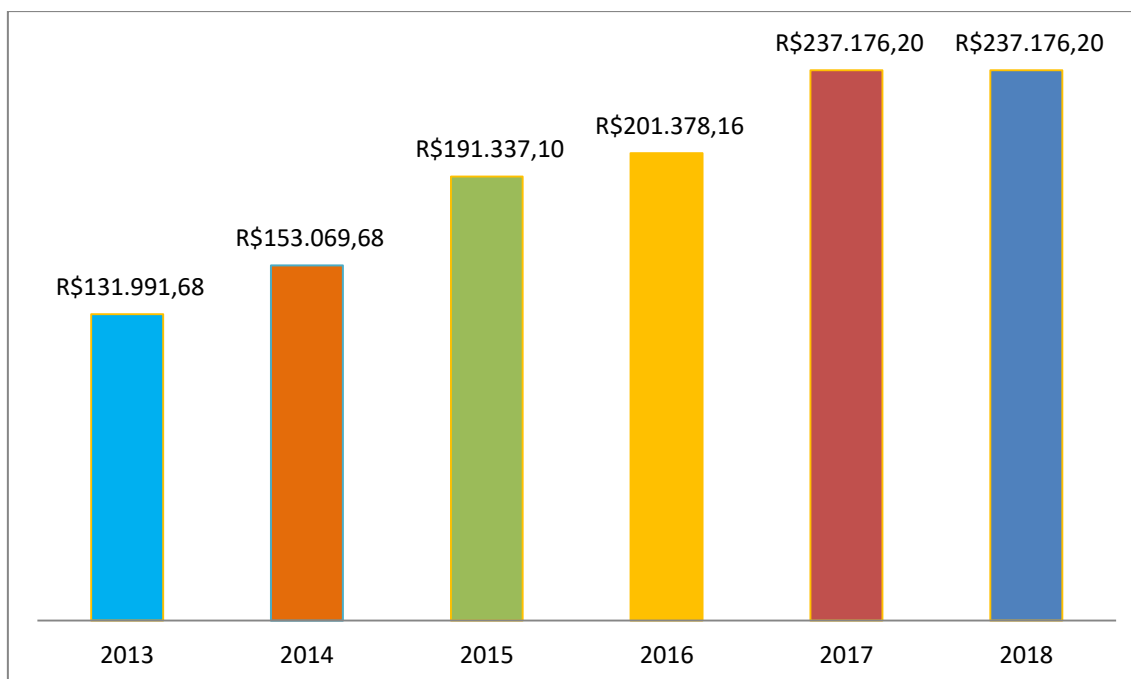
Gráfico 3 – Repasses feito pelo MEC às Universidades Federais de 2012 a 2017



Fonte: Adaptado de DIAS, 2018.

Nesse mesmo período de recessão, citado por Dias (2018) e Moreno (2018), houve o aumento de gastos com a vigilância terceirizada da UFTM. De acordo com o contrato administrativo de número 60/2013 e o termo de aditivo de número 07/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2013), o gasto com a vigilância terceirizada foi de R\$ 131.991,68 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos) mensais em 2013, para R\$ 237.176,20 (duzentos e trinta e sete mil cento e setenta e seis reais e vinte centavos) em 2018, o que significa o aumento de 79,6% no valor (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018), como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Valor gasto pela UFTM com Vigilância Terceirizada entre 2013 e 2018



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018.

Esse aumento é justificado pelas correções monetárias, reajuste salarial e também pelo aumento da demanda de vigilância nos últimos cinco anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018). De acordo com o contrato 60/2013, houve o aumento de postos de trabalho no período entre 2013 e 2018, que passou de 16 para 20 postos; consequentemente, houve aumento de vigilantes, de 32 para 40 como mostra o quadro 07 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018).

Diante desses dados, verifica-se que a UFTM gasta com a vigilância 6% do valor do repasse. A UFPE e a UFSC gastam 7%, porém deve-se ressaltar que esse valor é gasto somente com a vigilância terceirizada, já que os vigilantes de carreira federal não entram nessa contabilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018). Ao observar o quadro 8, que mostra um comparativo da vigilância entre UFTM, UFPE e UFSC, nota-se que a UFTM investe menos na vigilância terceirizada que as outras universidades que contam com vigilantes federais. Ou seja, para se equiparar ao investimento da UFPE e UFSC em segurança, a UFTM teria de ter pelo menos 50% de vigilantes federais em seu quadro, mas, na realidade, conta com apenas 7%.

Quadro 8 – Comparativo de vigilância entre UFPE, UFSC e UFTM

Universidade	Nº de Vigilantes Federais	Nº de Vigilantes Terceirizados	Porcentagem de vigilantes Terceirizados	Valor do repasse do MEC em 2017	Valor gasto com vigilância terceirizada 2017	Porcentagem do repasse gasto com Vigilância terceirizada
UFPE	272	297	52%	R\$ 187.747.618,00	R\$ 15.163.733,04	7%
UFSC	43	209	83%	R\$ 164.530.579,00	R\$ 12.000.000,00	7%
UFTM	4	39	93%	R\$ 41.392.847,00	R\$ 2.846.114,40	6%

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018.

4.7 TRANSIÇÃO ENTRE UNIDADES DA UFTM

Este tema foi citado apenas na categoria Discente, pois são os mais afetados por esse problema devido à UFTM possuir unidades espalhadas por vários bairros na cidade de Uberaba-MG e algumas turmas terem aula em mais de uma unidade no mesmo dia, o que cria diversas dificuldades organizacionais, dentre elas, a principal: a mobilidade entre as unidades.

A transição entre as unidades do Bairro N. Sra. da Abadia (Centro Educacional, Biblioteca Central, Prédio da Reitoria e Campus 1) é considerada a mais temida devido à falta de segurança no bairro, conforme é mostrado nos relatos:

Na biblioteca à noite, eu vou morrendo de medo e já deixei de ir por me sentir insegura, acredito que se as unidades fossem integradas seria melhor mesmo.

Me sinto muito insegura, não consigo nem ir na biblioteca à noite.

Quando preciso ir pra biblioteca ou trocar de campus tento juntar uma turminha pra não ir sozinho, porque não tenho coragem de passar pelo UTC⁹ à noite sozinho.

⁹ Terreno que se encontra entre as Unidades da UFTM

Toda vez que tenho que ir até a biblioteca ou ao prédio da reitoria eu deixo tudo guardado e vou com medo, e esse sentimento é compartilhado com os alunos, porque eles me relatam isso, quando eles tem que participar de eventos ou aulas em outras unidades eles morrem de medo, eles tentam se organizar pra irem de turma, mas sempre tem aqueles que chegam atrasado e às vezes deixam de ir por não se sentirem seguros. Eu já tive que ir com alguns alunos porque eles sentem muito medo.

Várias colegas já foram assaltadas no caminho para a biblioteca, próximo ao UTC e foi mais de uma vez com a mesma pessoa.

A gente deixa de ter acesso à biblioteca à noite por conta dessa insegurança, todo dia tem gente sendo assaltada.

As minhas vizinhas foram assaltadas na rua lateral da biblioteca, elas estavam voltando pra casa, era umas 17 horas mais ou menos.

Uma amiga minha foi assaltada na rua próximo do UTC no caminho pra biblioteca, passou um cara de moto e abordou ela e levou celular e carteira e o rapaz estava armado.

Para ir pra biblioteca eu tenho um celular extra na mão, se caso vier um ladrão ele leva o celular extra e não o meu, pois minhas amigas já foram assaltadas e acabamos criando artimanhas para não termos perda material, já que não nos oferecem suporte.

A figura 16 mostra o trajeto entre o Campus 1 e a Biblioteca Central, que é de apenas 550 metros, porém bastante perigoso e com iluminação pouco efetiva (OLIVEIRA, 2018). O trajeto entre o Centro Educacional/Biblioteca Central (350 metros), conforme mostra a figura 17, e Campus 1/Biblioteca (550 metros), apresentado na figura 16, é citado como o mais perigoso pelos alunos, pois, apesar de ter apenas 350 metros de distância um do outro, há vários relatos de assaltos nesse percurso.

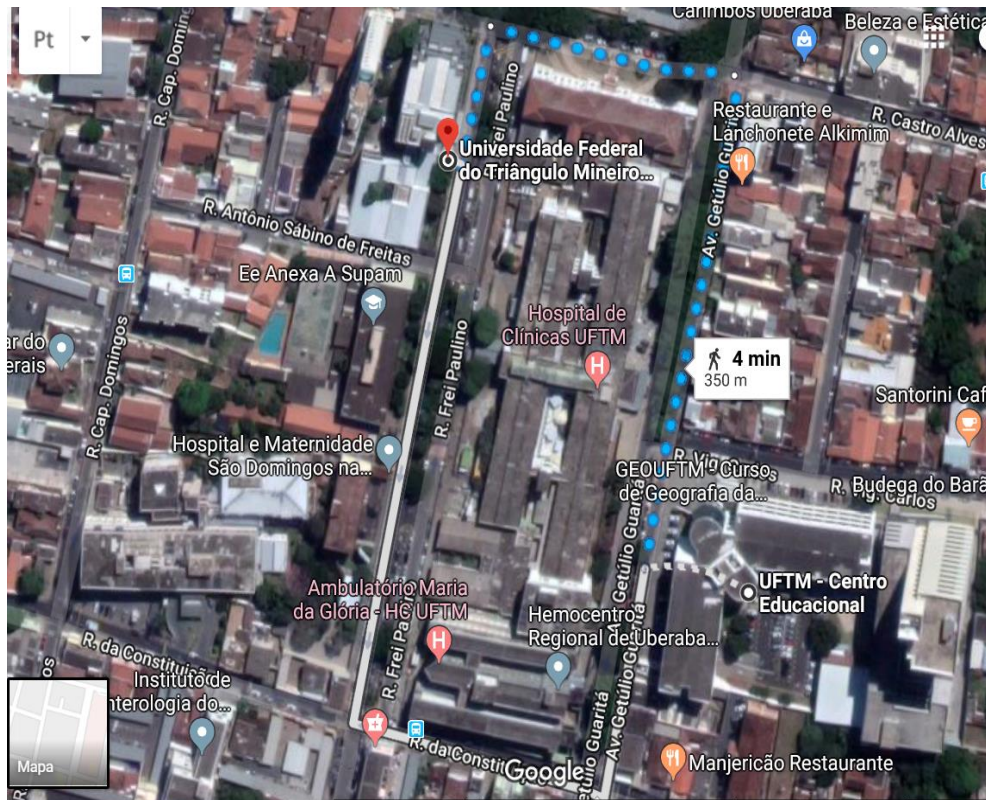
Figura 16 – Distância entre as unidades Câmpus 1 e Biblioteca Central



Fonte: Adaptado pelo autor, adaptado de Google maps, 2018.

A figura 17 mostra a distância entre as unidades Centro Educacional e Biblioteca central que é de 350 metros, mas, como já mencionado, bastante perigoso (OLIVEIRA, 2018).

Figura 17 – Distância entre as unidades Centro Educacional e Biblioteca Central



Fonte: Adaptado pelo autor, baseado em Google Maps, 2018.

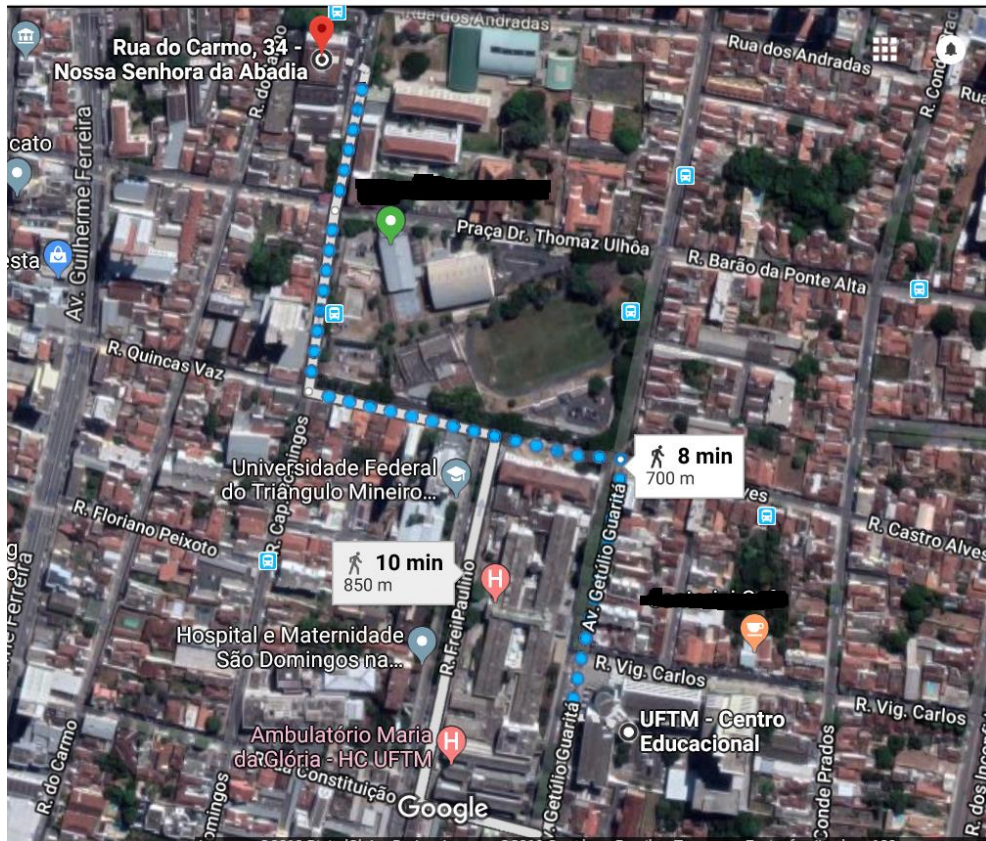
Alguns cursos oferecem disciplinas nas unidades Centro Educacional e Campus 1 e, apesar da distância entre eles não ser longa (700 metros), há relatos de abandono de disciplina devido à insegurança de fazer esse trajeto. A figura 18 mostra a distância entre as unidades.

Teve um período que tive que cancelar a disciplina porque eu não me sentia segura de ir um de uma unidade pra outra (Entre Centro Educacional e Campus 1).

Um colega meu desistiu de uma disciplina depois que foi assaltado indo para o Centro Educacional e não era à noite, era por volta de 16h.

Temos aula no Campus 1 e no Centro Educacional, às vezes lá de manhã e aqui à tarde e não me sinto segura em fazer essa transição, tenho muito medo, muitos colegas já foram assaltados nesse trajeto.

Figura 18 – Distância entre as unidades Centro Educacional e Campus 1



Fonte: Google mapas, 2018.

A locomoção entre as unidades do Bairro Nossa Senhora da Abadia e a unidades do Bairro Univerdecidade, onde está localizada a unidade Univerde, depende principalmente de transporte motorizado devido à distância entre elas. A seguir, são apresentados os relatos e a figura 19, que mostra a distância entre as unidades.

Aqui em Uberaba é muito complicado essa questão de ônibus: muitas vezes tenho que sair mais cedo da aula aqui na Univerde pra poder pegar o ônibus para poder chegar a tempo pra outra atividade que tenho no Centro Educacional.

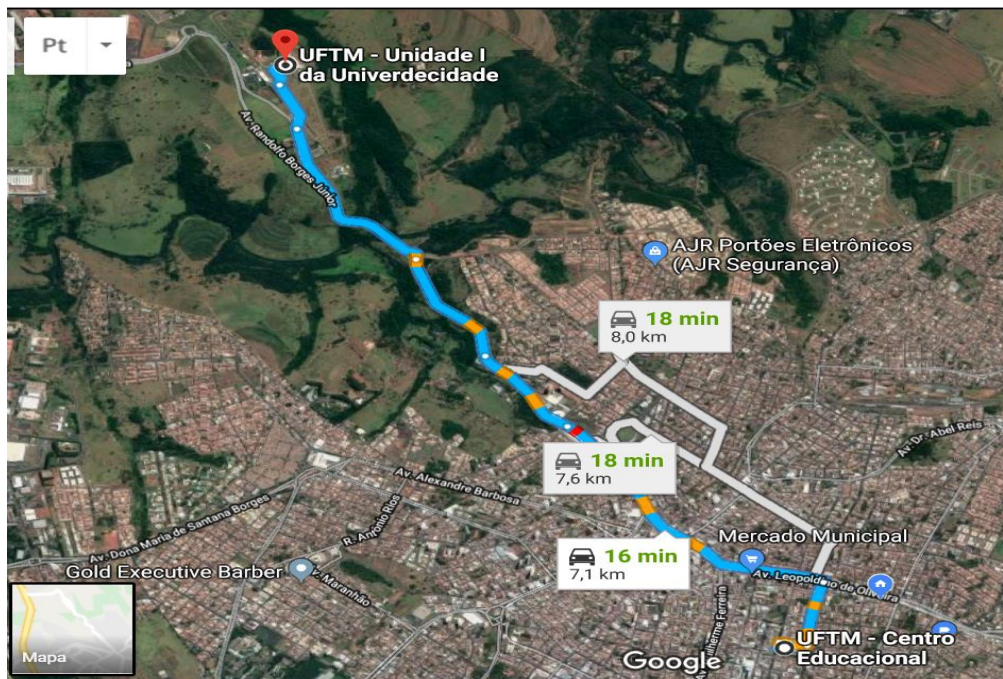
Eu moro em uma república perto do Centro Educacional e tenho aula na Univerde e os horários dos ônibus são péssimos pra mim, tenho que me desdobrar e acontece de eu ter que sair antes da aula pra poder pegar ônibus.

Tem duas pessoas que moram comigo aqui no Bairro Abadia e estudam na Univerde e elas sofrem com transporte, e a universidade

não faz nada, não tenta solucionar isso.

A cidade de Uberaba-MG tem população estimada em aproximadamente 350 mil habitantes e apresenta deficiências no transporte público, o que dificulta a locomoção entre as unidades da UFTM quando não se tem veículo próprio (G1 TRIANGULO MINEIRO, 2018; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Figura 19 – Distância entre as unidades do Bairro N. Sra. da Abadia e Univerdecidade



Fonte: Google maps, 2018.

Nas entrevistas com os responsáveis pela segurança da UFPE e da UFSC, não foi possível obter alguma informação relacionada a esse problema, pois ambas as universidades têm suas instalações aglomeradas em um único espaço e não estão fragmentadas como as da UFTM.

Essas fragmentações das unidades da UFTM vêm da herança de suas primeiras instalações em 1953, pois, segundo Buffa e Pinto (2016), as universidades brasileiras só aderiram ao conceito de câmpus universitário a partir de 1960.

Devido à situação, tanto do transporte quanto da segurança da região, cabe à UFTM e ao município dar o suporte necessário para essas transições se tornarem mais seguras, como citado no item 4.2, essas demandas precisam ser estudadas e quantificadas para poderem ser

discutidas em órgãos que detêm o poder de implantar essas políticas (CANO, 2006; SOARES, 2009; SOUZA, 2010; DURANTE E SANDES, 2009, OLIVEIRA, 2017).

4.8 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DA PESQUISA

No contexto geral analisado, tanto nos grupos focais quanto na estrutura da UFTM, percebe-se que a insegurança nas unidades e no entorno interfere na vida de toda comunidade acadêmica. Na figura 20, é apresentado um esquema do diagnóstico sobre a insegurança vivida na UFTM e suas principais causas.

Figura 20 – Esquema do diagnóstico sobre a insegurança na UFTM



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Verifica-se assim a importância da estruturação e do desenvolvimento de uma política

de segurança institucional pela UFTM e a partir disso, desenvolver métodos para diminuir a insegurança vivida pela comunidade acadêmica.

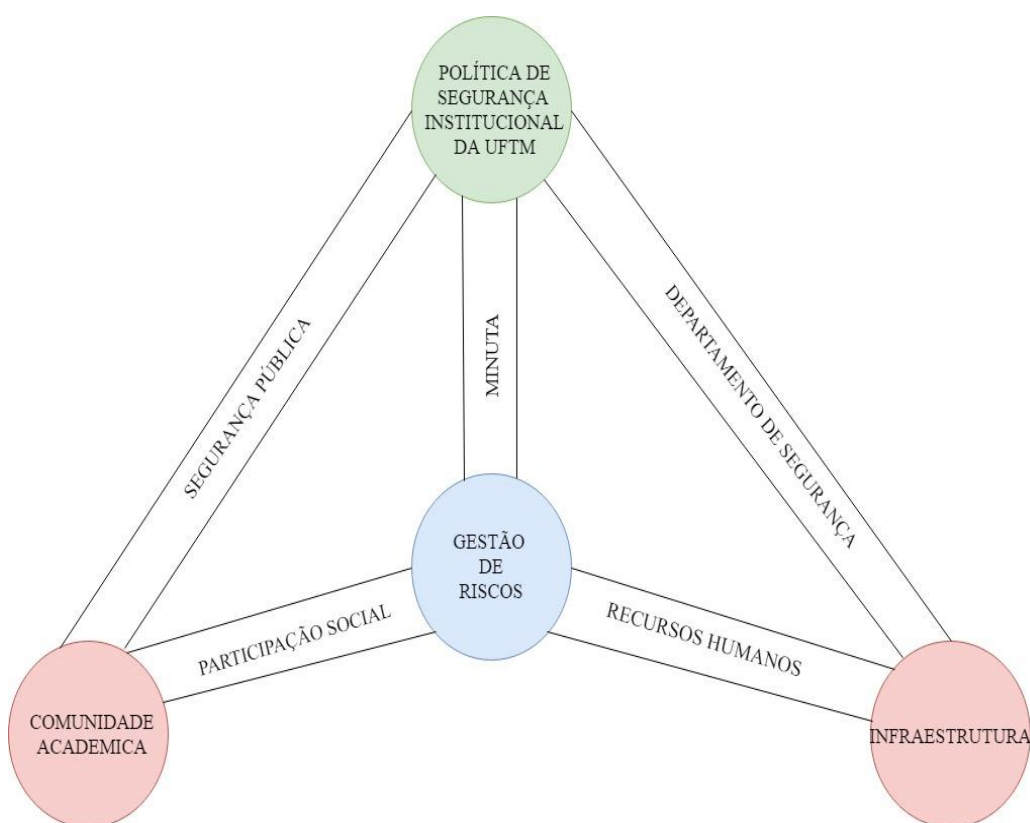
No próximo tópico serão apresentados, por meio de proposta de intervenção, os principais pontos que devem ser instituídos na busca de melhorias para a segurança de toda UFTM.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir da análise da realidade da segurança das unidades da UFTM e com o intuito de buscar melhorias na segurança patrimonial e civil de toda a comunidade acadêmica da Universidade, nesse item, apresenta-se a proposta de intervenção.

A proposta se baseia na formulação de uma Política de Segurança Institucional na UFTM. A figura 21 mostra o esquema com os principais itens abordados na proposta.

Figura 21 – Esquema dos principais fatores a serem considerados na política de segurança da UFTM.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os itens constantes na Figura 21 serão discutidos nos próximos tópicos.

5.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA UFTM

A Política de Segurança Institucional, segundo o Ministério Público Federal (2016), constitui as diretrizes gerais que orientam a tomada de decisões e a elaboração de normas, processos, práticas e técnicas de segurança da instituição. Diante disso, a elaboração de uma Política de Segurança Institucional é fundamental para a consolidação de efetividade da

segurança na instituição e a demonstração de que a gestão se preocupa com a segurança de seus colaboradores e usuários (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016; HORTA, 2016; SOARES, 2011).

Para o desenvolvimento da Política de Segurança Institucional da UFTM, é primordial o apoio e o comprometimento de todos os níveis de direção e chefia da universidade. Após isso, a política de segurança precisa estar fundamentada de forma adequada, ou seja, deve estar apoiada em diretrizes sólidas. Para isso, sugere-se a utilização das diretrizes usadas por outras instituições que possuem políticas de segurança consolidadas, como o Ministério Público Federal (2016), Universidade Federal de Pernambuco (2018) e Universidade Federal de Santa Catarina (2018), ou em propostas fundamentadas, como a Universidade Federal Rural do Amazonas (2018). Outros pontos importantes são: a UFTM atentar-se ao perfil e particularidade da universidade e seguir as diretrizes das políticas de segurança pública e políticas públicas de segurança (CANO, 2006; SOARES, 2009; SOUZA, 2010; DURANTE E SANDES, 2009, OLIVEIRA, 2011; HORTA, 2016).

Conforme foi mostrado na figura 21, constante na página 79, vários itens compõem a Política de Segurança Institucional da UFTM, sendo eles: a Infraestrutura da universidade, a qual deve oferecer o suporte às ações da política; o Departamento de Segurança, que vai ter a competência de gerir e planejar a política de segurança; a Gestão de Riscos, parte das ações estratégicas para o enfrentamento das demandas de insegurança; a Segurança Pública, a qual deve oferecer suporte e estar alinhada às necessidades da universidade; os Recursos Humanos, os executores das ações; a Comunidade Acadêmica, grande favorecida das políticas de segurança; a Participação Social, fundamental para a formulação de políticas democráticas; e a Minuta, o esboço de como deve ser a política de segurança da UFTM.

5.1.1 Infraestrutura

Vários problemas organizacionais relacionados à segurança foram verificados na UFTM, dentre eles: a falta de vigilância em algumas unidades; falta de câmeras de segurança; e a falta de controle de acesso às unidades. Essas demandas fazem parte da infraestrutura da segurança da instituição e, como identificado anteriormente, a falta de normatização e diretrizes para essas demandas são os principais motivos para a não solução do problema.

Na política de segurança institucional da UFTM, devem constar normas e diretrizes para sanar esses problemas, baseando-se nos modelos implantados e ações de outras universidades ou em outros órgãos que tenham uma estrutura organizacional compatível com

a de uma universidade ou até mesmo na literatura (SOARES, 2011; GLOBALSEG, 2016; BRASIL 2017c; HORTA, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO AMAZONAS, 2018).

Mediante as normas e diretrizes que devem compor a política de segurança da UFTM e a atual situação da universidade em relação à falta de vigilantes e câmeras de vigilância, a UFTM deve investir em câmeras de vigilância e monitorar as imagens, pois isso pode trazer mais segurança, sem a necessidade de aumentar o número de vigilantes. Quanto ao controle da entrada das unidades, a UFTM deve priorizar a segurança dos usuários das unidades e fortalecer as normas para obter mais controle e autoridade nas portarias.

Quanto aos recursos para o investimento das câmeras, o Departamento de Segurança deve fazer o levantamento do valor do investimento e demonstrar sua viabilidade financeira comparada a outros meios de intervenção.

5.1.2 Departamento de Segurança

Como já mencionado, a UFTM não dispõe de setor exclusivo de segurança civil e patrimonial (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018). Além de ser apontado como algo primordial nos grupos focais, Oliveira (2017) menciona que é importante a existência de setor exclusivo para gerir as atividades de segurança, pois assim a universidade poderá oferecer um nível de segurança necessário para o desenvolvimento de suas atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (2018), em sua proposta de segurança institucional, define que o departamento de segurança faça parte da prefeitura Universitária, por ser um órgão diretamente ligado à Reitoria e que terá autonomia para planejar e executar as ações necessárias para a realização de uma gestão de segurança eficaz.

Assim, recomenda-se que a Política de Segurança Institucional da UFTM institua o Departamento de Segurança Civil e Patrimonial (DSCP), o qual será responsável por gerir todas as atividades de segurança institucional da universidade, definidas na Política de Segurança, e desenvolver mecanismos de prevenção.

O DSCP da UFTM deve estar vinculado à Prefeitura Universitária e atuar juntamente aos diversos setores da universidade para atingir os objetivos traçados pela Política de Segurança Institucional da UFTM. A seguir, a figura 22 mostra como deve ser o organograma da estrutura organizacional da segurança da UFTM após a criação do DSCP.

Figura 22 – Organograma da estrutura organizacional da segurança da UFTM após a criação do Departamento de Segurança Civil e Patrimonial.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

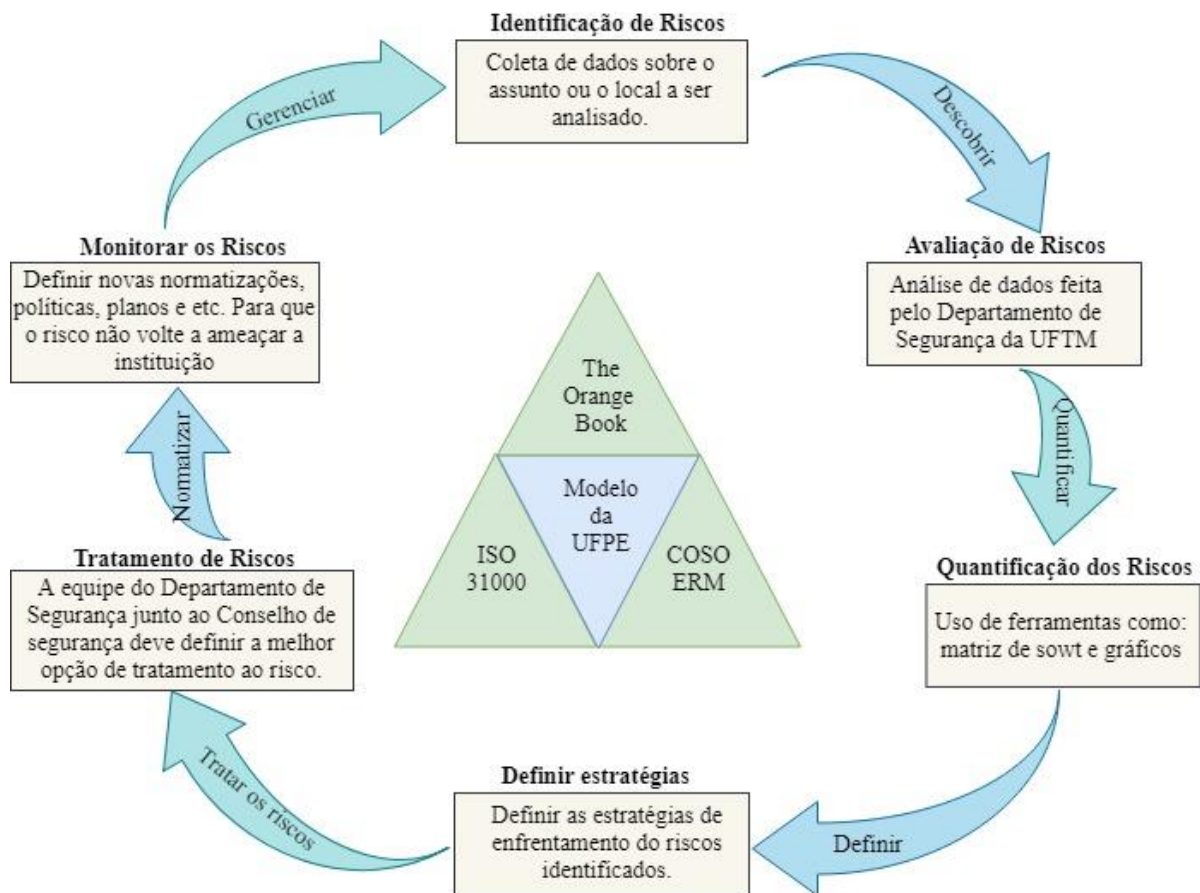
5.1.3 Gestão de Riscos

Outro item, indispensável na Política de Segurança da UFTM, é a gestão de risco, pois, conforme enfatizado por Oliveira (2011) e Horta (2016), a estratégia e o planejamento são indispensáveis na política pública de segurança.

Diante disso, o Ministério Público Federal (2016) instituiu o gerenciamento de riscos na sua Política de Segurança Institucional, e cita que o gerenciamento de riscos deve “preceder o processo de planejamento, estratégico e tático da instituição e de tomada de decisões, orientando a operacionalização de controles, o planejamento de contingência e controle de danos” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016; pag. 8).

Dessa forma, a gestão de riscos na UFTM deve adotar as medidas necessárias para que os riscos sejam identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de modo dinâmico, permanente, profissional e proativo. Nessa direção, a gestão de riscos implantada pela Universidade Federal de Pernambuco é um ótimo exemplo e pode ser aproveitado pela UFTM. Sendo assim, propõe-se o modelo a ser implantado na UFTM, figura 23, baseado na síntese dos três modelos de gerenciamento de risco (COSO ERM, ISO 31000 e *The Orange Book*), como mostrado na figura 9, como também no modelo implantado pela UFPE, apresentado na figura 4, constantes nas páginas 45 e 34 respectivamente.

Figura 23 – Modelo proposto para a gestão de riscos da UFTM



Fonte: Adaptado de Committee of sponsoring organizations of the treadway commission, 2007; HM treasury, 2004; International organization for standardization, 2009; Universidade Federal de Pernambuco, 2018;

5.1.4 Segurança Pública

Verificou-se que a falta de segurança pública na região das unidades da UFTM no bairro N. Sra. da Abadia gera insegurança na comunidade acadêmica. Diante disso, devem constar na política de segurança institucional da UFTM meios estratégicos para firmar parcerias entre a UFTM e os órgãos públicos responsáveis pela segurança pública do município de Uberaba-MG.

Segundo o artigo 144 da Constituição Federal, a Polícia Militar se insere dentro do contexto de segurança pública que é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Assim, a Polícia Militar pode atuar em universidades federais.

Nas diretrizes fundamentais da política de segurança da Universidade Federal Rural da Amazônia (2018, p.3), é citado “A Parceria sistematizada com a segurança pública para

suporte às ações”. As diretrizes da Política de Segurança do Ministério Público Federal (BRASIL, 2017c, p.2) também citam a Integração do Ministério Público com outros órgãos essenciais às atividades de segurança institucional.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, há parcerias com a Polícia Civil e Polícia Militar, dentro das competências constitucionais instituídas no Art.144 da Constituição Federal, sustentados por meio de apresentação de demandas e acordos acertados entre a Universidade e a Segurança Pública da região (BRASIL, 1988; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018). Na Universidade Federal de Pernambuco, há um Sistema de Integração de Segurança Institucional, que tem como uma das funções fazer essa integração entre a Segurança Pública e a Segurança Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015).

Nesse sentido, a UFTM deve buscar a integração da segurança institucional com a segurança pública local, para dar o suporte necessário às ações da política de segurança institucional. Essa integração deve respeitar as legislações constitucionais e as normas institucionais da universidade, focando no combate à insegurança no entorno das unidades da UFTM.

5.1.5 Recursos Humanos

Sirelli (2009) afirma que as universidades federais só podem contar com recursos humanos destinados à segurança apenas por meio de terceirização ou com aqueles que foram efetivados por meio de concurso realizado antes de o governo extinguir o cargo de vigilante da administração pública federal (BRASIL, 1998). Com isso, as universidades federais têm que se planejar para não faltar recursos humanos na segurança institucional, visto que os recursos para a segurança terceirizada são considerados despesas não obrigatórias (DIAS, 2018).

Diante disso, na proposta da Política de Segurança Institucional da UFTM, deve constar entre os deveres do Departamento de Segurança Institucional: dimensionar os recursos físicos e humanos necessários ao seu setor e planejar para que os recursos humanos sejam utilizados de forma eficiente.

5.1.6 Comunidade Acadêmica

Consoante ao mencionado nos resultados e discussões, a comunidade acadêmica vivencia grande insegurança nas unidades da UFTM, e um dos propósitos da Política de

Segurança Institucional proposta é protegê-la contra as ameaças que podem vir a ocorrer no ambiente educacional. Isso está exposto no propósito das Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público Federal e da Universidade Federal Rural da Amazônia (BRASIL, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA, 2018).

Assim, é necessário que toda comunidade acadêmica tenha ciência da importância e da responsabilidade que exerce no combate à insegurança, principalmente técnicos administrativos e professores. Para estes, a instituição representa ambiente de trabalho que desenvolverá suas carreiras a longo prazo, enquanto que discentes permanecerão somente até a conclusão de seus cursos.

5.1.7 Participação Social

A participação social é citada por Souza (2010), Durante e Sandes (2009), Oliveira (2011), e Horta (2016) como fundamental na delimitação de políticas de segurança. Diante disso, na proposta da Política de Segurança Institucional, é apontada a criação de um conselho de segurança, com o propósito de contribuir nas deliberações e no desenvolvimento das estratégias a serem aplicadas no exercício da segurança na Universidade.

Para isso, a UFTM deve contar com um conselho de segurança, a fim de contribuir para as deliberações e para o desenvolvimento das estratégias a serem aplicadas no exercício da segurança institucional. A composição e responsabilidades desse conselho de segurança estão descritas na minuta e foram baseadas na proposta da Universidade Federal Rural da Amazônia (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA, 2018).

5.1.8 Minuta

Por fim, diante das informações apresentadas, foi elaborada, pelo autor, uma minuta (APÊNDICE A) que apresenta diretrizes para a elaboração da Política de Segurança Institucional da UFTM.

6 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A carência de pesquisas na área de segurança universitária é a principal limitação deste trabalho: foram buscados, na literatura, temas que abrangessem segurança pública, políticas públicas e gestão de riscos.

Outro fator limitante é a particularidade encontrada em cada estratégia de segurança das IFES. Não há uma política de segurança universitária que pode ser aplicada em todas elas, pois sempre há fatores específicos, tanto estruturais, como organizacionais, que se encaixam de acordo com a necessidade do local. Nas duas IFES pesquisadas, por exemplo, (UFSC E UFPE), é possível perceber que suas estruturas são totalmente diferentes da UFTM, o que impossibilita a aplicação do mesmo modelo de gestão.

Entretanto, é preciso continuar com as pesquisas para alcançar uma melhoria significativa da segurança da Universidade para que a comunidade acadêmica possa se sentir mais segura e conseguir desenvolver suas atividades sem receios. Assim sendo, sugere-se:

- I – Estudos para o fortalecimento da segurança da informação na UFTM;
- II – Outras pesquisas na busca de melhores práticas de gestão de segurança universitária de outras IFES;
- III – Estudos sobre medidas de segurança preventivas na IFES, como cartilhas, *banners*, manual, aplicativos e etc.;
- IV – Pesquisas internas que possam coletar dados sobre as demandas de segurança de todas as unidades da UFTM em Uberaba e no Campus de Iturama;
- V – Estudos de parcerias entre a universidade e o município para a melhoria da segurança pública no entorno das unidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas de segurança no país passaram por constantes mudanças nos últimos anos. Porém, os índices de criminalidade cresceram de forma vertiginosa, o que aciona um sinal de alerta para que essas políticas sejam revistas e, por meio de pesquisas, sejam propostas alternativas para o enfrentamento da criminalidade. Assim, como as Universidades são o reflexo da sociedade, a violência também invadiu esses ambientes, o que torna imprescindível que a gestão universitária formule políticas de segurança efetivas para o enfrentamento da criminalidade na instituição.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal desenvolver um diagnóstico organizacional da gestão de segurança na UFTM. Buscou-se compreender e descrever o sentimento de (in)segurança da comunidade acadêmica no âmbito da UFTM, e identificar as dificuldades e desafios da gestão, com a finalidade de apresentar uma proposta de intervenção, que possa contribuir para a melhoria da segurança no ambiente da UFTM.

Os resultados desta pesquisa mostraram que a comunidade acadêmica vive uma insegurança constante, tanto no entorno quanto dentro nas unidades da UFTM. A fragilidade ficou exposta quando foi constatada a inexistência de uma Política de Segurança Institucional. Conseqüentemente a isso, a universidade não possui planejamento e estratégia para o enfrentamento das demandas de segurança, o que gera insegurança.

Existem vários desafios para a gestão da UFTM consolidar meios estratégicos para enfrentar a insegurança vivida pela comunidade acadêmica. Desse modo, essa pesquisa apresentou uma proposta de intervenção para auxiliar a gestão da UFTM a instituir uma Política de Segurança Institucional.

A proposta foi baseada na literatura sobre segurança pública, políticas públicas de segurança, políticas de segurança pública e gestão de riscos, além de ter referências em modelos de Políticas de Segurança Institucional, implantados em outros órgãos públicos e IFES.

A Política de Segurança Institucional da UFTM proposta neste trabalho poderá fortalecer a segurança dentro das unidades da UFTM com a descentralização das responsabilidades administrativas da segurança institucional por meio da criação do Departamento de Segurança Civil e Patrimonial. Dessa forma, as demandas de segurança serão tratadas sob a ótica da gestão de riscos, ou seja, haverá planejamento organizacional e ações estratégicas para o enfrentamento da insegurança institucional. Além disso, a segurança

pública na entorno da universidade será reforçada por meio de parcerias entre a UFTM e órgãos da segurança pública local.

Este trabalho também pode servir de *benchmark* para que outras instituições públicas iniciem seus processos para desenvolver políticas de segurança pública.

Por fim, além de contribuir para a prática gerencial, esta pesquisa também contribuiu para a literatura sobre o tema “segurança nos câmpus universitários”, muito escassa no país. Contribuições essas que visam ampliar as discussões e fomentar a pesquisa nessa área, pois, quanto maior o número de estudos sobre o tema, mais eficazes serão as ações de enfrentamento da insegurança.